



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO –
DECÊNIO 2024-2034**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.614, DE 2024

EMENDA Nº / 2025

Altera o Art. 11 do Substitutivo do Relator ao
Projeto de Lei nº 2614, de 2024.

Art. 1º Dê-se ao Art. 11 do Substitutivo do Relator ao Projeto de Lei nº 2614,
de 2024, a seguinte redação:

Art. 11. As metas previstas no Anexo a esta Lei
deverão ser monitoradas pelo Instituto Nacional de
Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
(Inep), com publicação bienal, até 31 de março,
dos índices de alcance das metas referentes aos
dois exercícios anteriores, com informações
organizadas por Unidade da Federação e
consolidadas em âmbito nacional.

§ 1º A publicação de que trata o caput deverá
contar com ampla e acessível divulgação, incluída
a disponibilização de sítio eletrônico de livre
acesso, que contenha:

I - as notas metodológicas dos indicadores;

II - os índices de alcance das metas atualizados
periodicamente, e em prazo inferior ao
estabelecido no caput sempre que haja a
disponibilidade de dados.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

§ 2º O Inep divulgará todos os dados e microdados dos censos anuais da educação básica e superior, dos exames e dos sistemas de avaliação, agregados e desagregados, nos termos da Lei nº 15.017, de 12 de novembro de 2024, e observada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e, para tal, deverá garantir:

I - a divulgação dos dados agregados, desagregados e interseccionados (com marcadores de raça/cor, sexo, gênero, orientação sexual, renda, localização, deficiência); e

II - a formação para profissionais da educação e campanhas para as comunidades escolares e sociedade em geral para a garantia do preenchimento qualificado do quesito raça/cor na coleta de indicadores educacionais, reduzindo a subnotificação que ainda é significativa na área da educação;

§ 3º O aprimoramento dos instrumentos de avaliação e coleta de dados utilizados para o monitoramento do PNE não poderá comprometer a consistência das séries históricas de indicadores durante a vigência do plano.

§ 4º O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deverá subsidiar o Inep, inclusive mediante compartilhamento de dados, adaptação dos instrumentos de coleta e cooperação técnica, para o monitoramento das metas previstas no Anexo a esta Lei, incluindo o levantamento de dados de populações específicas, tais como indígenas, quilombolas, pessoas surdas e de pessoas com deficiência.

§ 5º Para fins do disposto no caput, o Inep contará com o financiamento e infraestrutura, inclusive de quadros técnicos, adequados, e apoio de outros órgãos federais, estaduais, distritais e municipais responsáveis por dados, informações administrativas e estatísticas relevantes.

JUSTIFICATIVA





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante - PSOL/SP

O caminho parece estabelecer limites de participação a diferentes instâncias que já têm competência normativa para tal. No caso específico do FNE, parece contrariar e retroagir nas competências e atribuições, no sentido instituído como órgão de Estado pelo MEC, por meio da Portaria n. 1.407, de 14 de dezembro de 2010, recomposto pela Portaria n. 478, de 17 de março de 2023. Nota-se que, no artigo décimo, a indicação de composição e funcionamento do FNE fica condicionada a nova portaria, ou seja, a depender do governo tudo pode mudar.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, de outubro de 2025.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
Deputada Federal - PSOL/SP

